

Acordos com o FMI e Banco Mundial

Julio C. Gambina*

Uma delegação argentina presidida por Hernán Lorenzino, ministro da Economia do país, participou em Washington entre os dias 9 e 13 de Outubro em várias reuniões com o FMI, o Banco Mundial (BM) e o G20. Lorenzino participou no V Encontro de Ministros das Finanças da América e Caraíbas na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington e nas reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).

Na ocasião, informa o ministério que houve “uma série de encontros e conversações informais com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jack Lew, e com a subsecretária dos Assuntos Internacionais do organismo, Lael Brainard. Além disso, fê-lo com a directora gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, com o seu director para o hemisfério ocidental, Alejandro Werner, com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, e com o vice-presidente para a América latina e Caraíbas do Banco Mundial, Hasan Tuluy.”[1]

Todos estes interlocutores em conjunto constituem o famoso núcleo do criticado “Consenso de Washington”, ou seja, o governo dos EUA e os organismos internacionais (FMI, BM, BID), mais o G20. Não houve apenas reuniões, mas também acordos! Tudo para que a Argentina seja readmitida no sistema financeiro mundial.

Empréstimos do BM e negociações das acções judiciais nos EUA

Nestes encontros foram considerados assuntos (acordos) que envolvem e comprometem para o futuro os recursos fiscais da Argentina, especialmente os empréstimos de 3 mil milhões de dólares a tratar com o BM derivados do “Acordo Estratégico 2014-2016” informado conjuntamente pelo organismo internacional e pelo Ministério[2].

São negociações que ultrapassam a gestão actual e envolvem o próximo governo em 2015. Nesse sentido, destacam-se as negociações relativas à dívida pública, com incidência nos impostos, mas sobretudo aprofundando a hipoteca que condiciona o conjunto da política económica.

Neste plano da dívida, destacam-se as frenéticas conversações para induzir os governantes americanos a comprometerem-se com a Argentina nas suas exigências para que o Supremo Tribunal dos EUA interceda contra a pretensão dos credores externos (fundos abutres) que pedem a cobrança de 100% dos certificados com cessação de pagamentos.

No seu sítio na internet, informa-se que Lorenzino aludiu à questão notando que “As consequências para os processos de reestruturação da dívida soberana dos países se verão afectados tal como expresso pelo governo da França na sua apresentação perante o Supremo Tribunal dos EUA”. Torna-se evidente que o governo argentino pretende que os funcionários de Obama assumam a mesma atitude que para os franceses, seus sócios da frustrada escalada contra a Síria.

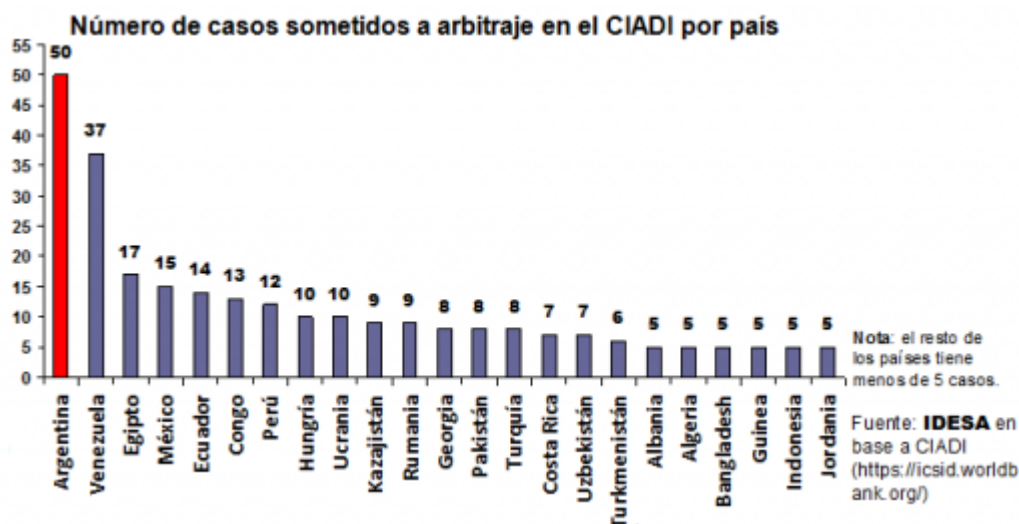
A vocação pagadora da Argentina manifesta-se expressamente ao salientar-se que “A nossa máxima prioridade é continuar a pagar as dívidas nos prazos e na forma como temos vindo a fazê-lo durante a última década. Queremos simplesmente que nos deixem cumprir com as nossas obrigações”. A questão está no fazer mais dívida para continuar a pagar. Fala-se de “desendividamento” e contudo queremos chamar a atenção para o novo endividamento e a suposta orientação de política económica para a gestão ministerial a partir destes encontros e acordos.

Podemos ler no jornal BAE que “Na quinta-feira da semana passada, a equipa económica começou a mostrar em Washington o caminho que seguirá nos próximos meses. É que fechou a negociação com cinco das empresas que puseram acções judiciais contra o país no CIADI (Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas – N.T.), tribunal do Banco Mundial e no tribunal UNCITRAL dependente das Nações Unidas (Comissão das Nações Unidas sobre a Lei de Comércio Internacional – N.T.). Trata-se do pagamento de 500 milhões de dólares, através de obrigações, às firmas Azurix, Blue Ridge, Vivendi, National Grid e Continental Casualty Company. Como parte da mesma manobra, o ministro da Economia, Hernán Lorenzino, firmou também uma aliança estratégica com o BM para que sejam outorgados ao país 3 mil milhões de dólares em 3 anos”. Nesse sentido, acrescenta o artigo: “O fim dos litígios no CIAD relativamente a investimentos permite que os EUA parem de votar contra a Argentina em diversos organismos.”[3]

Ações judiciais no CIADI e acordos com o FMI

Torna-se interessante verificar as acções judiciais submetidas pelas transnacionais contra os Estados no CIADI, âmbito do BM. A Argentina está à cabeça, devido a toda a mudança de política cambial em 2002. Assim o mostra o gráfico incluído no texto e divulgado pelo Instituto para o Desenvolvimento Social da Argentina, IDESA.[4] Pode ver-se que os casos incluem países da América Latina, África, Ásia e Europa de Leste.

Há dúvidas sobre para quem joga o BM? Isso não impede de se formular declarações contra a pobreza ou a luta pela inclusão social, muito do qual se pode verificar no comunicado conjunto do organismo do ministério da Economia da Argentina



Outro dos temas remete para as conversações com o FMI. Na nota anteriormente citada, o diário BAE informa que “o director do Fundo para o hemisfério ocidental, o mexicano-argentino Alejandro Werner, sustentou que o diálogo pelo Índice de Preços ao Consumidor Nacional Urbano é “construtivo”, ao mesmo tempo que confirmou levar no dia 13 de Novembro à Junta Directiva o relatório sobre os avanços da nova metodologia.” Acrescenta a notícia que “Werner já tinha dito que a Argentina avança rapidamente na substituição das estatísticas atuais, pelas quais o país recebeu em Fevereiro deste ano a inédita “moção de censura” por parte do organismo encabeçado por Christine Lagarde.”

Fica claro que a Argentina está a cumprir os deveres acordados com o FMI. Muito longe estão as diatribes contra o FMI e torna-se evidente a procura de normalização com os organismos internacionais e a intenção de se incluir no mercado mundial de empréstimos perante a queda das reservas internacionais e as necessárias fontes globais para o financiamento do défice das contas públicas.

A dependência e a associação ao “Consenso de Washington”, através da dívida pública, continuam latentes nos problemas estruturais da Argentina. Nesse sentido, defendemos a retirada do país do CIADI, a denúncia dos tratados bilaterais de investimento, a investigação auditada da dívida, o que em definitivo pressupõe questionar a ordem capitalista mundial e lutar por outra organização económica da sociedade. É algo que sugere a proposta de mudança política por onde transita o laboratório popular das lutas da Nossamérica.

Buenos Aires, 14 de Outubro de 2013

[1] Ministério da Economia, em <http://www.mecon.gov.ar/> (visitada em 14/10/13)

[2] Gazeta de prensa de 9/10/13 publicada no Ministério da Economia, em <http://www.mecon.gov.ar/> (visitada el 14/10/13)

[3] “Procuram reforçar reservas com o Banco Mundial e Baade. O governo quer fechar a frente externa com o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris.” Em: <http://www.diariobae.com/diario/2013/10/14/33049-buscan-reforzar-reservas-con-banco-mundial-y-baade.html> (consultado em 14/10/13)

[4] <http://www.idesa.org/informes/754> (consultada em 14/10/13)

*[\[mailto:jcgambina@gmail.com\]](mailto:jcgambina@gmail.com)

Tradução: Jorge Vasconcelos